**PARÂMETROS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTROLE**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

ESCLARECIMENTOS INICIAIS

1. PROGRAMA ESTADUAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

2. CONTRATO DE GESTÃO

3. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

4. FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

5. A PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

5.1. O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

5.2. ROTEIRO

6. A PRESTAÇÃO DE CONTAS BIMESTRAL

6.1. O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS BIMESTRAL

6.2. ROTEIRO

7. APRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

7.1. O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

7.2. ROTEIRO

ANEXO I – QUADROS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO MENSAL DE GASTO SINTÉTICO

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO MENSAL ANALÍTICO DAS DESPESAS

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO OPERACIONAL MENSAL

ANEXO II – QUADROS DA PRESTAÇÃO SEMESTRAL DE CONTAS

QUADRO 4 – RELATÓRIO DAS METAS PROPOSTAS X REALIZAÇÕES OPERACIONAIS

QUADRO 5 – RECEITAS RECEBIDAS NO BIMESTRE

QUADRO 6 – DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO

QUADRO 7 – BALANCETE PATRIMONIAL

QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO DE GASTO COM PESSOAL, CONTRATADO OU NÃO

QUADRO 9 – POSIÇÃO DOS BENS EM ALMOXARIFAO ATÉ O BIMESTRE

QUADRO 10 – POSIÇÃO E SITUAÇÃO DOS BENS MÓVEIS NO BIMESTRE

ANEXO III – QUADROS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

QUADRO 11 – RELATÓRIO DAS METAS PROPOSTAS X REALIZAÇÕES OPERACIONAIS

QUADRO 12 – RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO

QUADRO 13 – DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO

O presente documento é anexo indissociável do Edital de Chamamento Público para a celebração de parceria com Organização Social para a prestação de serviço público delegado. Assim, deve ser lido e compreendido junto dos demais anexos e da legislação nacional e estadual vigentes, bem como das Portarias e Normativos afetos à matéria.

O objetivo do presente documento é, tão somente, estabelecer parâmetros gerais para a atividade de prestação de contas que será exercida pela Organização Social acerca dos investimentos realizados e dos montantes de capital repassados pelo Estado. Não tem como objetivo, portanto, ditar ou estabelecer condutas aos órgãos de controle interno e externo, especializados na prática de auditoria. Objetiva subsidiar a Organização Social parceira com parâmetros que deverão ser observados durante sua prestação de contas (em caráter mensal, bimestral e anual) e que são diretamente relacionados às obrigações contratuais e editalícias já apresentadas ao longo dos demais anexos indissociáveis do procedimento de Chamamento Público ao qual refere-se este conjunto de parâmetros.

O Programa Estadual de Organizações Sociais (PEOS), criado pela Lei Complementar nº 489, de 22/07/2009, tem como objetivo fomentar a execução, por entidades qualificadas como Organizações Sociais (OS), atividades e serviços de interesse público atinentes ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, bem como à saúde, ao trabalho, à ação social, à cultura e ao desporto e à agropecuária”.

A Lei Complementar nº 489/2009 é regulamentado pela Decreto Estadual nº 2484-R de 09/03/2010, que dispõe quanto a qualificação das entidades como Organizações Sociais e define normas e providências de execução do Programa.

Portanto, a partir do marco regulatório, o Poder Executivo está autorizado a qualificar como Organização Social, entidades sem fins lucrativos que pleiteiem a titulação, ficando dessa forma, aptas a celebrar contrato de gestão com órgãos da Administração Pública Estadual.

O Estado, mediante prévia manifestação de conveniência e oportunidade da Secretaria de Estado da área correspondente e da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos e, poderá transferir às OS a gestão e a execução de atividades e serviços não exclusivas do Estado indicados na lei, assegurado o caráter público à entidade de direito privado, bem como autonomia administrativa e financeira.

A Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do Contrato de Gestão do Programa de Organização Social instituído pelo inciso VII do artigo 4º do Decreto 2.484, de 09 de março de 2010, tem como uma de suas atribuições previstas no item III, desse mesmo Decreto, avaliar os relatórios apresentados pela Organização Social, bem como a prestação de contas nos aspectos financeiros.

No caso especifico deste conjunto de parâmetros somente serão abordados os parâmetros para a Prestação de Contas mensal, bimestral e anual nos aspectos financeiros. Entretanto a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise dessas informações contábil, financeira, econômica, trabalhista e previdenciária, deverá ser composta por técnicos com conhecimento específicos nestas áreas, adquirindo, assim caráter multidisciplinar.

ESCLARECIMENTOS INICIAIS

1. PROGRAMA ESTADUAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O Programa Estadual de Organizações Sociais (PEOS), criado pela Lei Complementar nº 489, de 22/07/2009, tem como objetivo fomentar a execução, por entidades qualificadas como Organizações Sociais (OS), atividades e serviços de interesse público atinentes ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, bem como à saúde, ao trabalho, à ação social, à cultura e ao desporto e à agropecuária “.

A Lei Complementar nº 489/2009 é regulamentado pela Decreto Estadual nº 2484-R de 09/03/2010, que dispõe quanto a qualificação das entidades como organizações sociais e define normas e providências de execução do Programa.

Portanto, a partir do marco regulatório, o Poder Executivo está autorizado qualificar como Organização Social, entidades sem fins lucrativos que pleiteiem a titulação, ficando dessa forma, aptas a celebrar contrato de gestão com órgãos da Administração Pública Estadual.

O Estado, mediante prévia manifestação de conveniência e oportunidade da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos e Secretaria de Estado da área correspondente, poderá transferir as Organizações Sociais a gestão e a execução de atividades e serviços não exclusivas para o setor público não estatal indicados na lei, assegurado o caráter público à entidade de direito privado, bem como autonomia administrativa e financeira.

O instrumento jurídico regulador responsável pela formalização da parceria para fomento da execução de atividades e serviços de interesse público é o Contrato de Gestão que deverá ter como diretrizes básicas:

 A adoção de critérios que assegurem padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;

 A promoção de meios que favoreçam a efetiva redução de formalidades burocráticas na prestação dos serviços;

 A adoção de mecanismos que possibilitem a integração entre os setores público, a sociedade e o setor privado;

 A manutenção de programa de acompanhamento das atividades que permita a avaliação da eficácia quanto aos resultados.

2. CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão é o instrumento jurídico básico de parceria entre o setor público e o privado, podendo-se afirmar, tratar-se de um acordo operacional entre a Administração Pública e a entidade privada, em que as partes fixam os respectivos direitos e obrigações para a realização de objetivos, metas operacionais e indicadores de desempenho pactuados.

Conforme definição legal, o contrato de gestão obrigatoriamente deverá especificar o programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipular metas a serem atingidas, os respectivos prazos de execução, bem como critérios objetivos de avaliação de desempenho, inclusive mediante indicadores de qualidade e produtividade.

Além disso, deve prever os limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens, de qualquer natureza, a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da organização social, no exercício de suas funções, com recursos do Contrato de Gestão, além de outras cláusulas julgadas convenientes pelo Poder Público.

Conforme o que estabelece a legislação em vigor (CF/1988, Lei Federal 9.637/1998, LC 489/2009 e Decreto Estadual 2484-R/2010), as entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como organização social -- ou seja, que recebem recursos de fomento do poder público por meio de contrato de gestão -- prestarão contas ao respectivo Órgão Supervisor que tem o dever de supervisionar, acompanhar e avaliar essas entidades qualificadas como Organização Social, que mantêm com elas os Contratos de Gestão.

Ressalta-se que a Prestação de Contas é obrigatória para qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária, conforme disposto no parágrafo único, art. 70, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A Organização Social que celebrar Contrato de Gestão com a Administração Pública deverá adotar procedimentos compatíveis com os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência para contratos de obras, serviços e compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

De acordo com o disposto no Decreto Nº 2484-R, de 09/03/2010, a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos e as Secretarias de Estado do Espirito Santo e seus órgãos vinculados, supervisores ou reguladores das áreas e atividades que serão objeto de transferência para execução da Organização Social, integram o Programa Estadual de Organizações Sociais.

A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) é o órgão central do PEOS, responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e implementação das ações em conjunto com as demais Secretarias das áreas correspondentes, integrantes do Programa, cujas as atividades e serviços tenham sido transferidas para gestão compartilhada com Organização Social.

3. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O monitoramento do Contrato de Gestão deverá ser realizado por meio do acompanhamento continuo das atividades e serviços transferidos para execução da Organização Social. Que deverá encaminhar relatórios relativos ao desenvolvimento do programa de trabalho e as metas estabelecidas, acompanhados da prestação e contas na periodicidade definida no pacto firmado.

A eficácia do contrato de gestão está precisamente na possibilidade do exercício do controle de desempenho de indicadores objetivos de qualidade e produtividade, metas a serem alcançadas e prazos de execução, ficando a cargo do Poder Público, acompanhar os trabalhos da entidade privada e verificar a atuação de seus dirigentes, adotando as providências cabíveis.

Para tanto, o Poder Público constituirá Comissão de Monitoramento e Avaliação, visando atender a obrigatoriedade de controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos, que emitirá relatórios técnicos periódicos com análise técnica sobre o andamento dos trabalhos realizados a serem encaminhados junto aos documentos de prestação de contas da Organização Social ao Secretário do Órgão Estatal Supervisor.

4. FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Poder Público deverá exercer ampla fiscalização e controle durante a vigência da parceria, com visitas in loco inclusive e emissão de relatório técnico.

Para tanto, imprescindível será a edição e/ou cumprimento de normas minuciosas de prestação de contas, com apresentação de Relatório de Execução do Objeto e Relatório de Execução Financeira, bem como apresentação desses relatórios pela Organização Social à Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização, especialmente designada, que definirá prazos para a prestação de contas e a análise preliminar por parte da Administração Pública e seu resultado final.

A Organização Social deverá encaminhar a Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização, mensalmente, conforme definição do Decreto nº 2484-R/2010, bem como de acordo com os prazos estabelecidos no contrato de gestão, prestação de contas contendo os seguintes documentos:

a) comprovante de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciários;

b) documentos de comprovação de sua regularidade fiscal e das certidões negativas de debito junto ao INSS, FGTS etc.;

c) o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a seus diretores e empregados com recursos oriundos do contrato de gestão ou a ele vinculados (folha de pagamento).

As atividades a serem realizadas serão monitoradas periodicamente, conforme prazos pactuados no contrato de gestão, podendo a Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização requerer a qualquer tempo, dados, informações e relatórios contendo comparativos das metas propostas com os resultados alcançados.

Cabe a Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização avaliar os relatórios apresentados pela Organização Social, bem como emitir relatório conclusivo da avaliação procedida e enviá-los ao OEP, bem como manifestar-se quanto a continuidade do contrato de gestão e sobre a liberação dos repasses de recursos financeiros

A apresentação de relatórios e da prestação de contas pela OS é obrigatória ao final de cada exercício financeiro, tendo o prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término do respectivo exercício, que serão avaliados pela Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização, comparando-os com os relatórios técnicos de monitoramento.

A Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização terá 15 (quinze) dias para manifestar-se quanto aos relatórios recebidos, enviados pela OS, podendo requisitar informações e outros documentos ou complementação da comprovação do atendimento dos resultados, devendo ser estipulado novo prazo para adoção de providências por parte da Organização Social.

Os prazos estabelecidos para execução das atividades do contrato de gestão, serão contados em dias corridos. Em eventual dilação desses prazos, a solicitação deverá ser enviada ao destinatário em documento escrito e devidamente fundamentada.

Em caso de execução inadequada da parceria, a Comissão de Monitoramento e Avaliação comunicará, imediatamente, aos Secretário de Estado do Órgão Estatal Supervisor, da SEGER, da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT) e ao Procurador Geral do Estado (PGE), relatório circunstanciado apontando as irregularidades ou ilegalidades de que tiver conhecimento, envolvendo a utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social.

5. A PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

5.1 O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

A partir das informações prestadas em caráter mensal, os técnicos designados (aqui referidos como, TD) para a análise das informações contábil, financeira, econômica, trabalhista e previdenciária farão uma análise comparando-os com os meses anteriores, detectadas discrepâncias de valores deverão adotar providências conforme legislação.

De ilustrar que, para efeitos do presente Contrato de Gestão, o controle interno é exercido pela Órgão Estatal Parceiro (OEP) e a Secretaria de Controle e Transparência (SECONT) sem, contudo que a Organização Social contratada descuide do auto controle organizacional presente em todas as instituições, com controles administrativos e contábeis para fundamentar a transparência dos recursos públicos empregados.

A prestação de contas mensal acontecerá mediante a elaboração dos Quadros 1, 2 e 3, constantes do Anexo I – Quadros da Prestação Mensal de Contas.

5.2 ROTEIRO

5.2.1 Mensalmente, até o 10o dia do mês subsequente, a Organização Social preencherá o “Demonstrativo de Gasto e de Realização Operacional” (Quadros 1, 2, 3/Anexo I), disponibilizando-o em sua página eletrônica e encaminhando-o para o Órgão Estadual Parceiro (OEP).

5.2.2 O OEP, após análise dos TD providenciará a inserção daqueles três quadros no site oficial do Governo do Estado do Espírito Santo ou do OEP.

5.2.3 O OEP notificará a Entidade contratada nos casos de omissão no envio das informações e caso não seja resolvida a pendência, O OEP suspenderá imediatamente os repasses até que a falta seja sanada pela Organização Social. Comunicará imediatamente este fato às Secretarias de Controle e Transparência (SECONT) e de Gestão e Recursos Humanos (SEGER).

5.2.4 Nos moldes apresentados na segunda parte destas instruções, o Órgão Estadual Parceiro (OEP) analisará os Quadro 1, 2 e 3, fazendo um comparativo com meses anteriores e advertindo, se for o caso a Organização Social contratada para algum fato negativo encontrado nas análises, além de municiar o parecer do relatório analítico.

6. A PRESTAÇÃO DE CONTAS BIMESTRAL

6.1 O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS BIMESTRAL

6.1.1. Deve a Organização Social preencher, a cada período e disponibilizar para o OEP em planilhas eletrônicas em Excel e documentos digitalizados:

a. Relatório comparando as metas propostas com as efetivamente alcançadas (Quadro 3/Anexo II).

b. Demonstrativos de receita e despesa (Quadro 5/Anexo II).

c. Demonstrativo de saldo financeiro (Quadro 6/Anexo II)

d. Balanço Patrimonial (Quadro 7/ Anexo II) com os respectivos demonstrativos comprovando os saldos nas contas contábeis. Para cada conta patrimonial deverá ter um correspondente de controle físico, Exemplo: conta contábil bancária, correspondente extrato bancário; conta contábil de almoxarifado de medicamentos, relatório do sistema de almoxarifado comprovando a existência física dos bens; conta contábil patrimonial, correspondente relatório do sistema patrimonial de controle de bens e assim com as demais contas patrimoniais

e. Demonstrativo de Gasto com Pessoal, contratado ou não (Quadro 8/Anexo II), composto por: Nome do beneficiário, valor bruto a pagar aberto por rubrica, descontos discriminados e encargos patronais individualizados;

f. Posição dos bens em almoxarifado até o bimestre (Quadro 9/ Anexo II) consumo e permanente, evidenciando saldo inicial, entradas, saídas e saldo final, servindo como base para fechamento das contas patrimoniais respectivas;

g. Posição e Situação dos bens móveis até o bimestre (Quadro 10/ Anexo II) individualizado, evidenciando saldo inicial, entradas, baixas e saldo final servindo como base para fechamento das contas patrimoniais respectivas.

6.2.ROTEIRO

6.2.1.O Órgão Estatal Parceiro (OEP) estabelecerá a data limite como o 15º dia do mês subsequente ao bimestre fechado, nisso considerando que o prazo da prestação anual de contas está no Decreto Estadual 2.484-R, de 2010 (art. 6º, I, - 60 dias após o encerramento do exercício financeiro).

6.2.2. O OEP providenciará a inserção de todos os quadros no seu site oficial, após análise da CAPC.

6.2.3. O OEP notificará a Organização Social contratada nos casos de omissão e caso não seja resolvido o problema, comunicará imediatamente este fato às Secretarias de Controle e Transparência (SECONT) e de Gestão e Recursos Humanos (SEGER).

6.2.4. O Órgão Estatal Parceiro (OEP) analisará os números apresentados; caso sejam apuradas irregularidades exigirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o saneamento das falhas. Esse mesmo período será concedido para a falta da prestação de contas bimestral.

6.2.5. Após 60 dias da prestação de contas e escorada na análise dos Quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (controle mensal e bimestral) o Órgão Estatal Parceiro (OEP) emitirá parecer bimestral, assim concluindo:

 Regular, quando a comprovação expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

 Regular com ressalvas, quando a comprovação evidenciar impropriedade ou qualquer outro desacerto de natureza formal;

 Irregular, quando comprovada qualquer uma das seguintes falhas:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

6.2.6. Após o parecer irregular, o OEP suspenderá novos repasses financeiros à Organização Social, exigindo que seja sanado o dano imediatamente e, se for o caso, eventual devolução de numerário, com os devidos acréscimos legais.

6.2.7. Caso persista o dano, sem a correspondente solução por parte da organização contratada, O OEP comunicará a irregularidade às Secretarias de Controle e Transparência (SECONT) e de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) e aos demais órgãos de controle do Estado, por meio de ofício assinado pelo Secretário do Órgão Estadual Parceiro.

6.2.8. O OEP expedirá, a pedido da Organização Social, as certidões de regularidade alusivas às comprovações aprovadas.

7 A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

7.1 O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

7.1.1 Sessenta dias após o encerramento do ano civil, a Organização Social enviará a seguinte documentação ao Órgão Estadual Parceiro (OEP):

7.1.2.Certidão informando nomes, CPFs e, se for o caso, remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Organização Social.

7.1.3.Certidão informando nomes e CPFs da diretoria da Organização Social, os períodos de atuação, a remuneração, e a declaração do não-exercício de cargos de chefia ou função de confiança no SUS, quando exigível.

7.1.3.Relatório comparando as metas propostas com as efetivamente alcançadas (Quadro 11/Anexo III).

7.1.4 Demonstrativos de receita e despesa (Quadro 12/Anexo III).

7.1.5. Demonstrativo de saldo financeiro (Quadro 13/Anexo III).

7.1.6. Relação dos contratos e aditivos firmados com a utilização de recursos públicos, contendo: identificação das partes; data; objeto; vigência; valor, condições de pagamento e informações sobre multas, atrasos, pendências ou irregularidades.

7.1.7. Inventário dos bens móveis e imóveis disponibilizados e adquiridos pela Administração Pública para as finalidades do Contrato de Gestão com o respectivo relatório da Comissão de inventário em sintonia com o Quadro 10 do anexo II.

7.1.8. Inventário do almoxarifado de bens de consumo, incluído quando for o caso, os medicamentos e materiais de consumo de saúde, com o respectivo relatório da Comissão de inventário em sintonia com o Quadro 9 do anexo II.

7.1.9. Relação dos servidores estaduais cedidos, contendo: nome do funcionário; órgão de origem; cargo; função desempenhada; vantagens adicionais pagas pela Organização Social¹; datas de início e término da prestação de serviço.

7.1.10 Relação Anual de Informações Sociais com informações dos empregados admitidos ou mantidos com recursos do Contrato de Gestão, indicando as funções, data de admissão, data de demissão; valor individual e global pagos no período.

7.1.11 Demonstrativo de eventual ajuda de custo paga aos membros do Conselho de Administração.

7.1.12 Conciliação bancária das contas bancárias específicas (mês de dezembro), para movimentação dos recursos transferidos pelo Estado do Espírito Santo e, quando for o caso Ministério da Saúde (acompanhada do respectivo extrato

bancário).

7.1.13 Balanços dos exercícios encerrado e anterior e demais demonstrações contábeis e financeiras da Organização Social, tais como:

a) Balanço Patrimonial;

b) Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício;

c) Demonstração do Fluxo de Caixa ou das Origens e Aplicações de Recursos;

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

7.1.14 Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, atestando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis da Organização Social.

7.1.15 Comprovação de publicação na imprensa oficial:

7.1.16 Dos balanços dos exercícios encerrado e anterior;

7.1.17 Do parecer da auditoria independente, se houver.

7.1.18 Parecer emitido pelos Conselhos de Administração e Fiscal da Organização Social, tendo em vista os balanços e o relatório anual de execução técnica e financeira.

7.1.19 Firmada pelo titular da Organização Social, declaração de que, à custa do dinheiro público, as compras/contratações guardaram sintonia com os princípios da eficiência, economicidade e publicidade, atendendo ao artigo 19 do Decreto Estadual 2.484-R, de 2010, norma que exige regulamento próprio para as aquisições, que serão precedidas de ampla divulgação no sítio eletrônico da Organização Social.

7.1.20 Firmada pelo titular da Organização Social, declaração de que a contratação de pessoal foi precedida de objetivo processo seletivo, obedecendo aos constitucionais princípios da eficiência, economicidade e igualdade.

7.1.21 Firmada pelo titular da Organização Social, declaração de que o quadro diretivo e administrativo não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos ou dirigentes de órgãos e entidades do Governo do Estado do Espírito Santo;

7.1.22 Firmada pelo titular da Organização Social, declaração atestando a não-contratação de empresa pertencente a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da própria entidade e de agentes políticos e dirigentes do Governo do Estado do Espírito Santo.

7.2 ROTEIRO

7.2.1 Nos termos do Decreto Estadual 2.484-R, de 2010 (art. 6º, I,), a prestação de contas acontecerá 60 dias após o encerramento do exercício financeiro.

7.2.2. O OEP divulgará, em seu sítio, todas as informações relativas à parceria, nisso franqueando o Contrato de Gestão, seus anexos e aditivos, bem como as prestações periódicas de contas e caso haja os pareceres conclusivos do controle interno e externo.

7.2.3. O OEP examinará as peças comprobatórias da prestação de contas anual, observada irregularidade exigirá da Organização Social, no prazo máximo de 30 dias, o saneamento das falhas. Esse mesmo prazo será concedido ante a falta de prestação de contas anual.

7.2.4 Após 60 dias da prestação de contas, juntas as CAPC e CAM, com fundamento nas peças da prestação de contas, nos pareceres bimestrais, nas auditorias in loco caso ocorram, nas visitas técnicas e nos relatórios da Comissão de Monitoramento e Avaliação, escorada em todas essas informações emitirão o parecer anual, com os seguintes componentes:

a. As datas e os valores dos repasses governamentais;

b. A regularidade e legalidade dos valores despendidos em face das despesas apresentadas no Quadro 1, 2 e 3;

c. Os rendimentos financeiros auferidos;

d. As conclusões das visitas in loco;

e. As providências sobre as orientações dos achados da auditoria in loco;

f. As conclusões da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

g. Os comentários sobre as diferenças entre metas previstas e alcançadas.

h. A comprovação de devolução do saldo financeiro e das despesas glosadas caso ocorram;

i. A comprovação de recolhimento dos encargos trabalhistas.

7.2.5 A conclusão final de regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade, sob os conceitos dispostos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei 13.019, de 2014):

• Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho.

• Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou outro desacerto formal que não resulte dano ao erário.

• Irregulares, quando comprovado qualquer um dos seguintes desacertos:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.2.6 Após o parecer irregular, a (SEJUS) requererá a suspensão de novos repasses à Organização Social, exigindo que seja sanado o dano imediatamente, exigindo se for eventual devolução de numerário, com os devidos acréscimos legais.

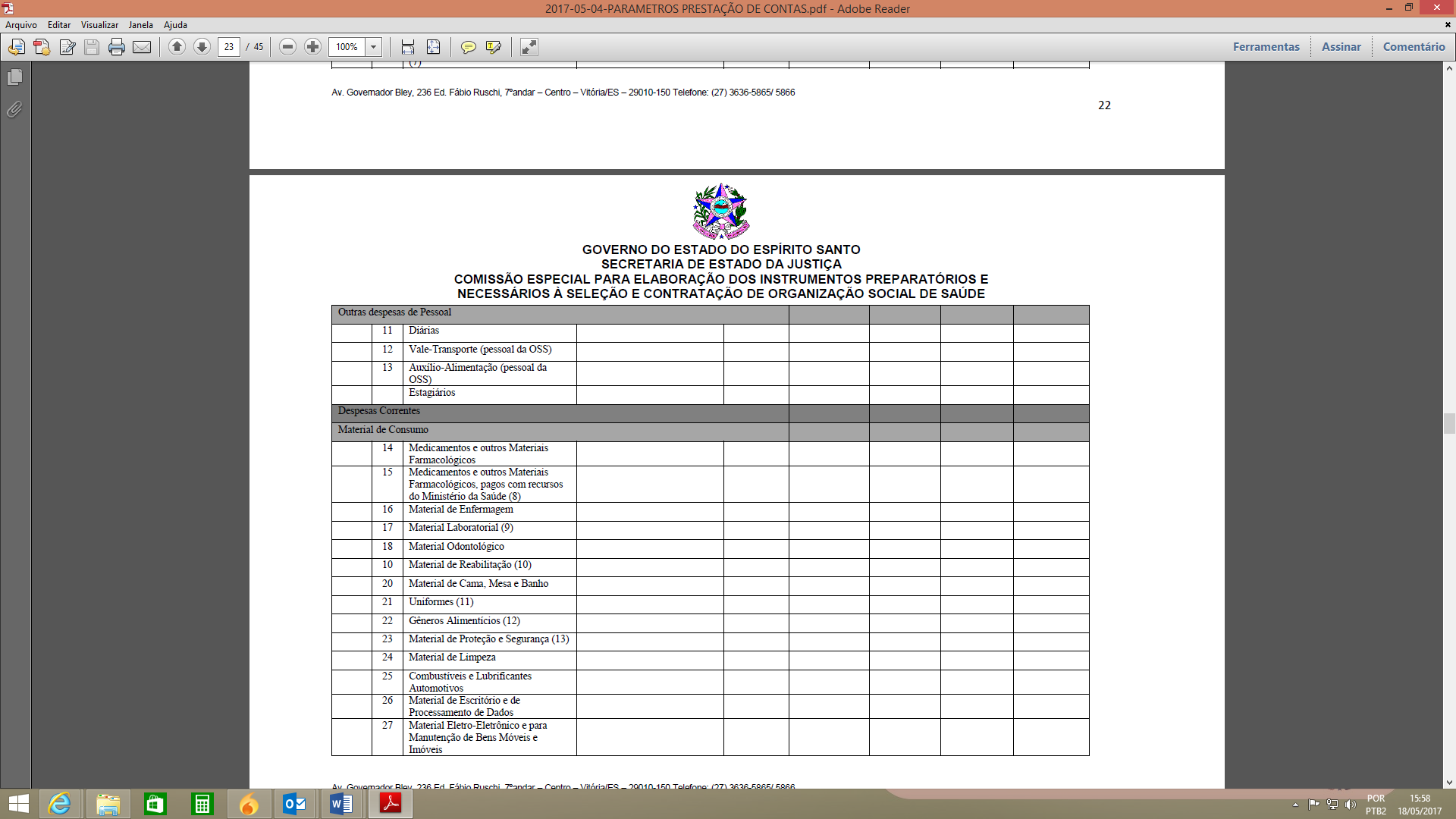
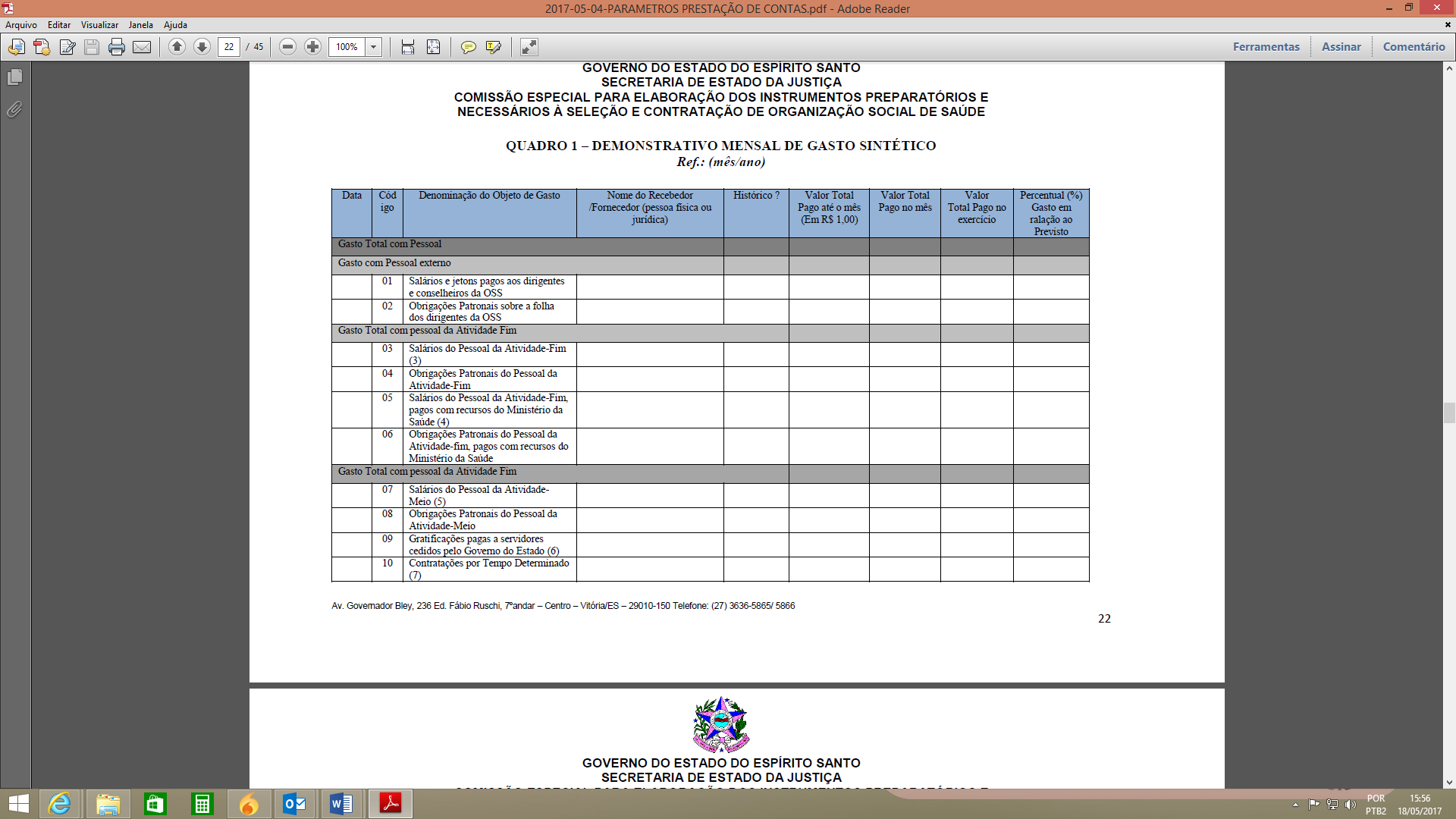
7.2.7. Caso persista o dano, sem a correspondente solução por parte da organização contratada, O OEP comunicará a irregularidade às Secretarias de Controle e Transparência (SECONT) e de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) ao Tribunal de Contas do Estado, por meio de ofício assinado pelo Secretário do Órgão Estadual Parceiro.

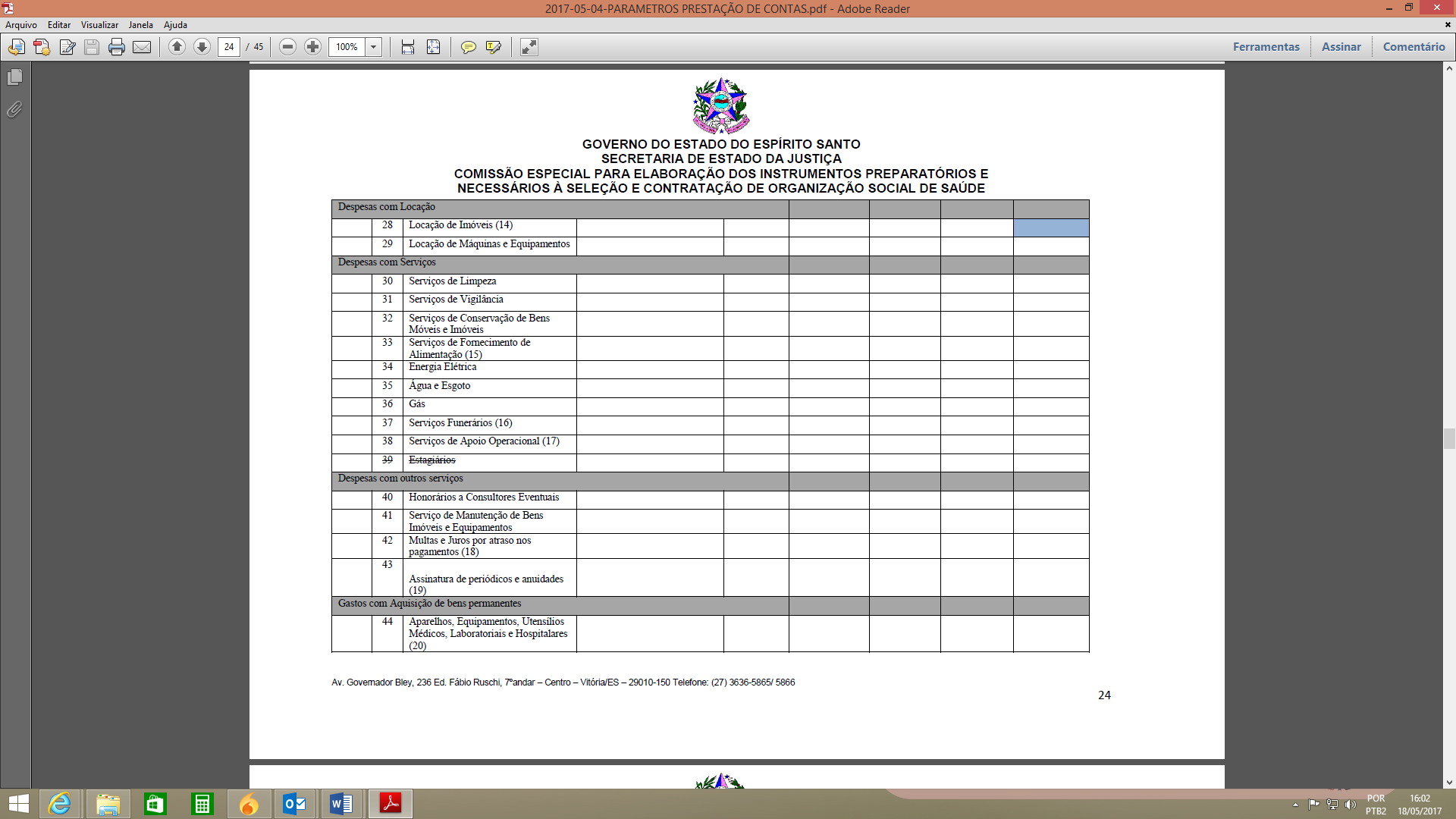
ANEXO I

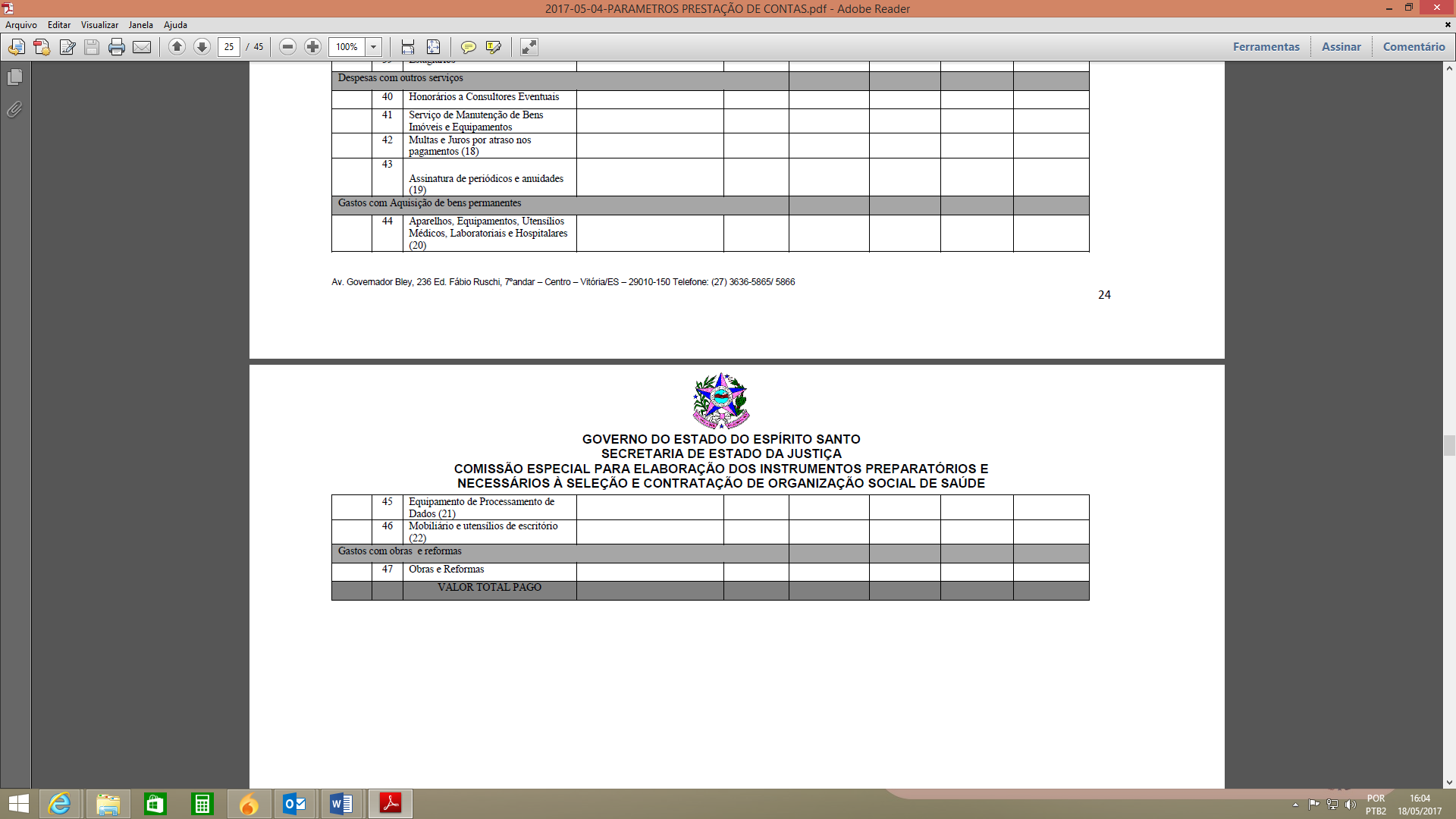
Obs. Os quadros abaixo, referem-se aos serviços de saúde prisional e devem servir apenas como referência.

QUADROS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

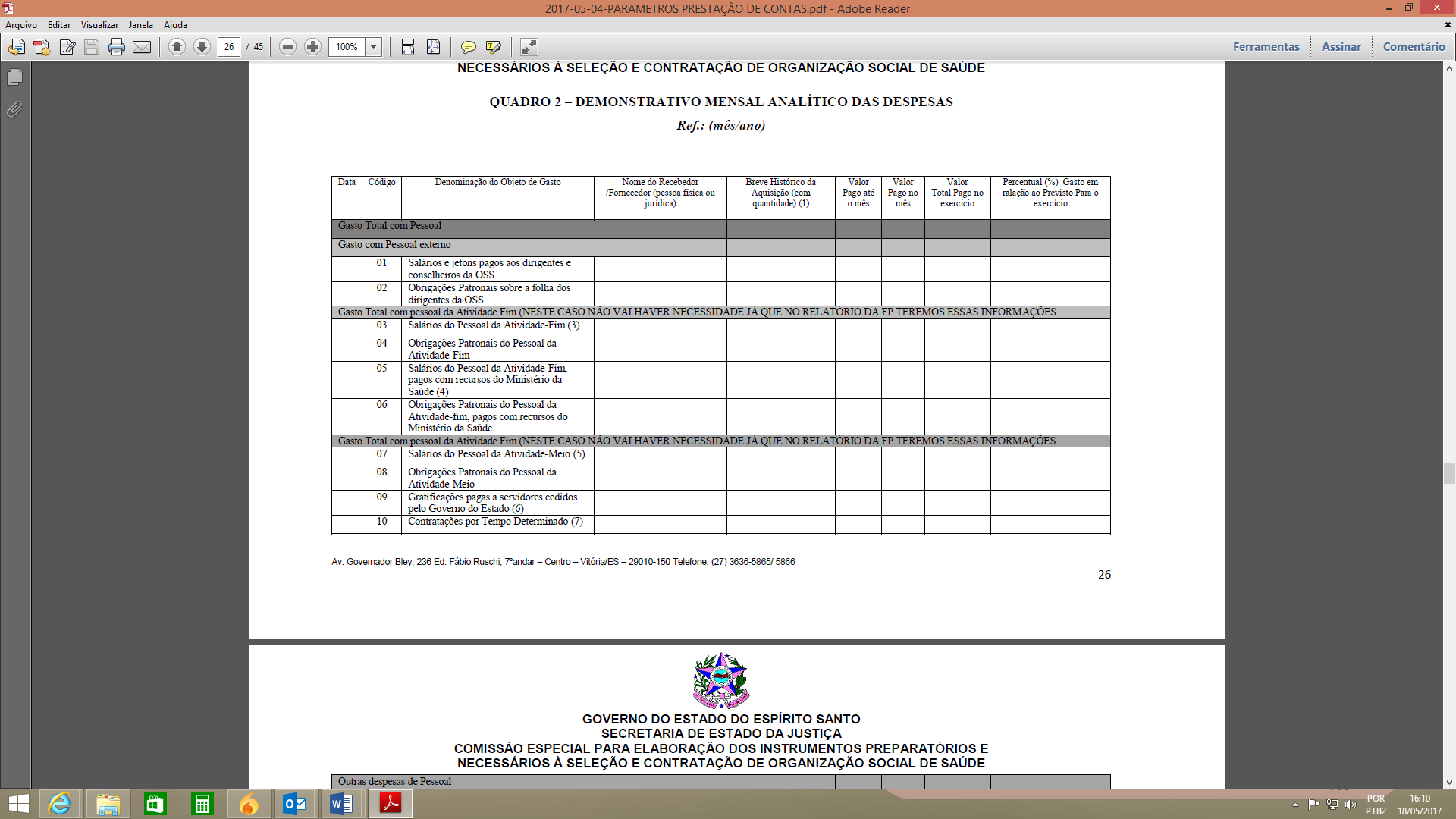
QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO MENSAL DE GASTO SINTÉTICO

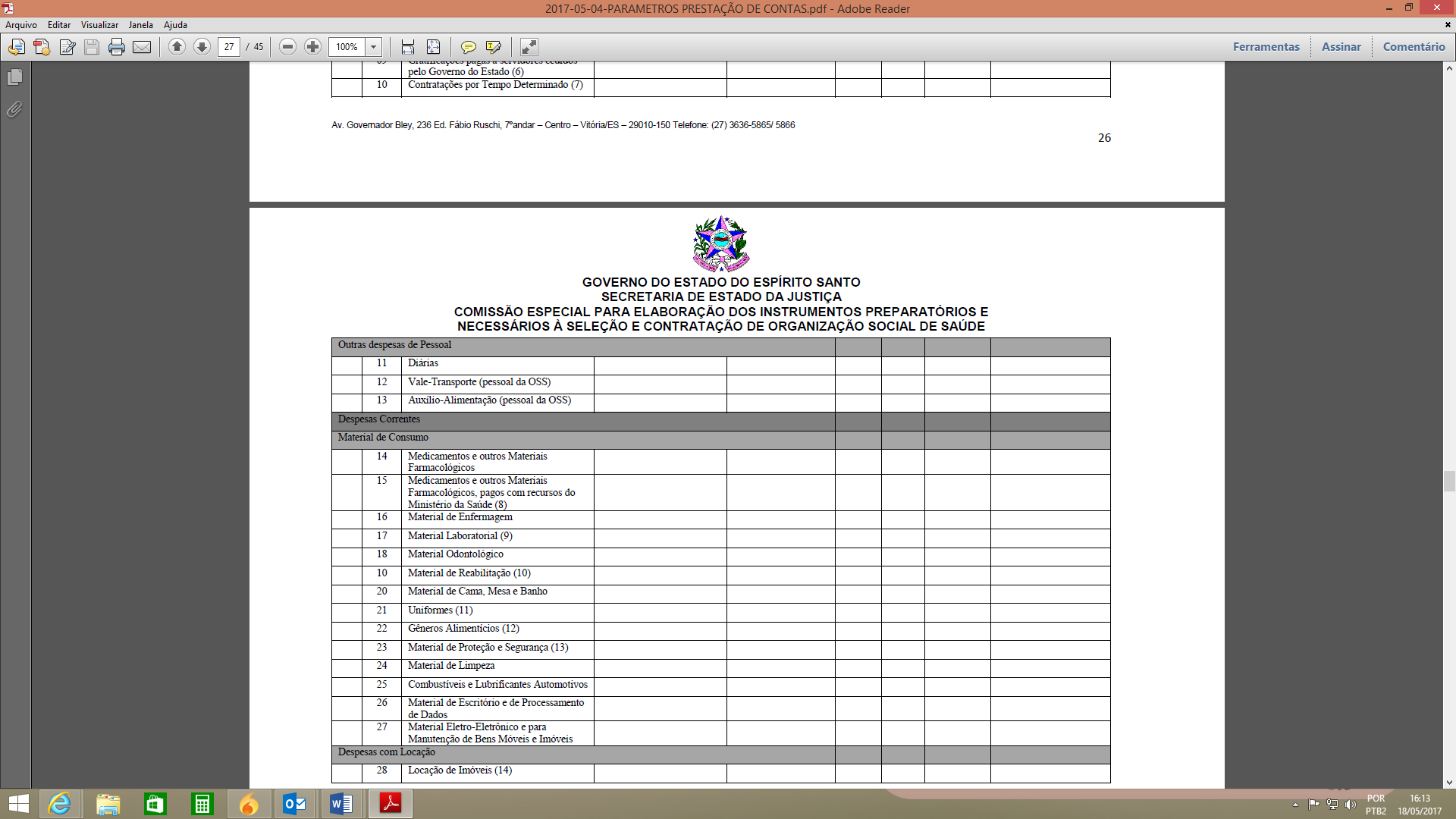


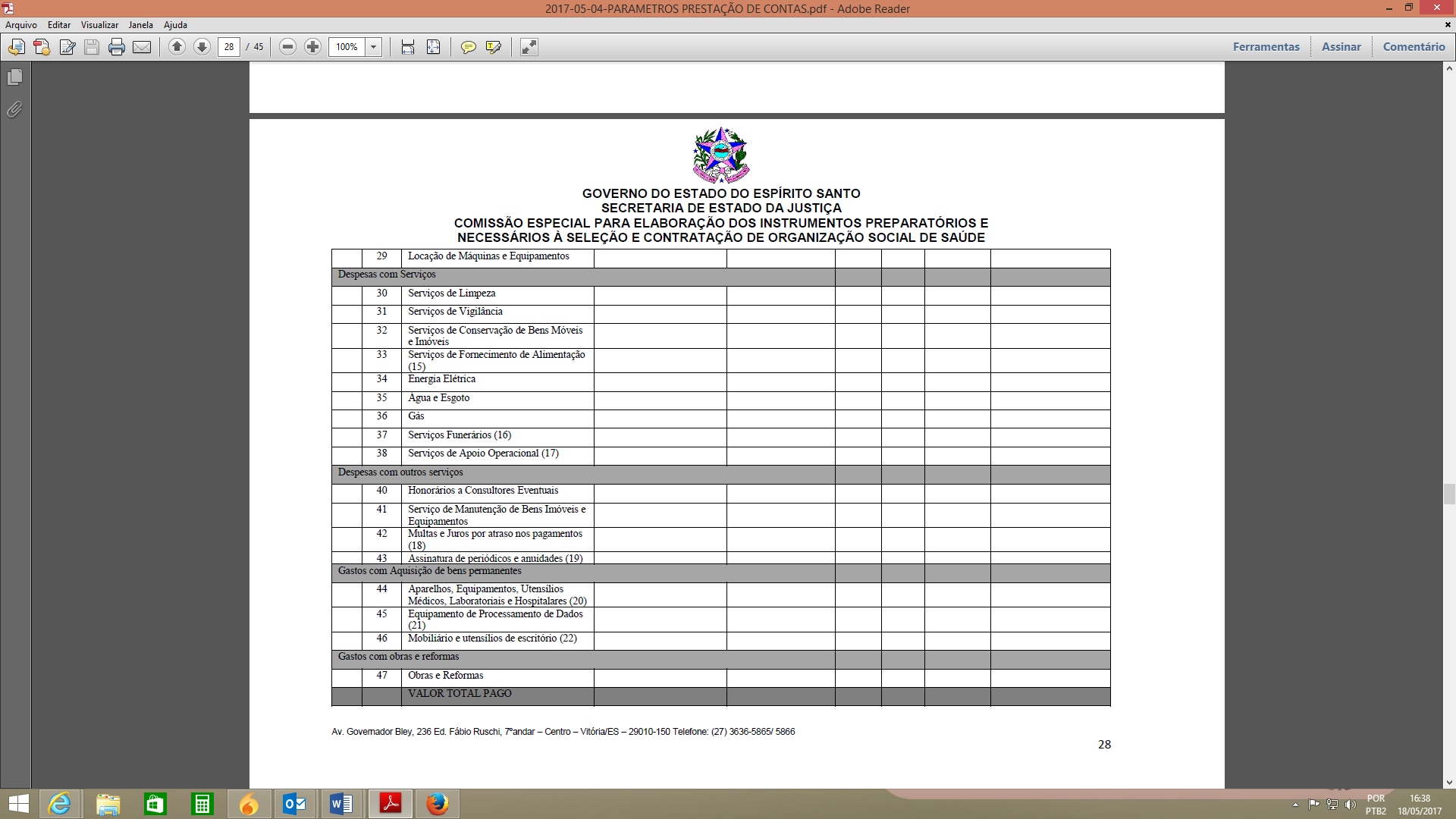




QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO MENSAL ANALÍTICO DAS DESPESAS







(1) Exemplo: pagamento de 20 diárias a médicos que participaram de curso de treinamento; compra de 50 caixas de antinflamatório; aquisição de 1000 litros de gasolina; pagamento mensal da empresa de vigilância (3 empregados);

(2) Obedecidas as regras estabelecidas no regulamento de compras de que trata o Decreto Estadual 2.484-R, de 2010, com a ampla e prévia divulgação no sítio eletrônico da Organização Social.

(3) Salários de médicos, enfermeiras, atendentes de enfermagem, dentistas, psicólogos, assistentes sociais e outros que diretamente atuam na atividade-fim (inclui gratificações, adicionais, terço de férias, 13º salário e outros benefícios registrados na folha de pagamento).

(4) Salários dos sobreditos profissionais, pagos com recursos oriundos do Ministério da Saúde (funcional-programática 10.301.2015.20B1.0001).

(5) Salários de recepcionistas, secretárias e funcionários que militam na Contabilidade, Departamento de Pessoal e Tesouraria (inclui gratificações, adicionais, terço de férias, 13º salário e outros benefícios registrados na folha de pagamento), e eventuais rateios.

(6) Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 489, de 2009 (art. 39, § único), tais vantagens não se incorporam aos vencimentos do servidor.

(7) Empregados admitidos por tempo determinado.

(8) Medicamentos adquiridos com recursos oriundos do Ministério da Saúde (funcional-programática 10.303.2015.20AE).

(9) Material laboratorial compreende almofarizes, bastões, bicos de gás, cálices, corantes, funis, lâminas para microscópio, lâmpadas especiais, luvas, metais e metaloides para análise.

(10) Material de reabilitação tem a ver com bengalas, joelheiras, meias elásticas, óculos, órteses, próteses.

(11) Os uniformes compreendem os aventais, capas, guarda-pós e assemelhados.

(12) Gêneros alimentícios referem-se ao café, açúcar, água, sucos, frutas e assemelhados.

(13) Material de proteção e segurança compreende as botas, cadeados, máscaras especiais e bens assemelhados.

(14) Locação de imóveis necessários ao Contrato de Gestão, incluindo eventuais despesas com condomínio e IPTU.

(15) Alimentação se refere, no caso, a refeições preparadas, inclusive lanches e similares.

(16) Serviços funerários incluem remoções, sepultamentos e transladações.

(17) Serviços de apoio operacional alcançam os eventuais, prestados por pessoa física, tais como motoristas, recepcionistas, capina, jardinagem, operadores de máquina.

(18) Multas e juros por atrasos nos pagamentos devem ser aceitos em condições excepcionais, bem previstas no Contrato de Gestão.

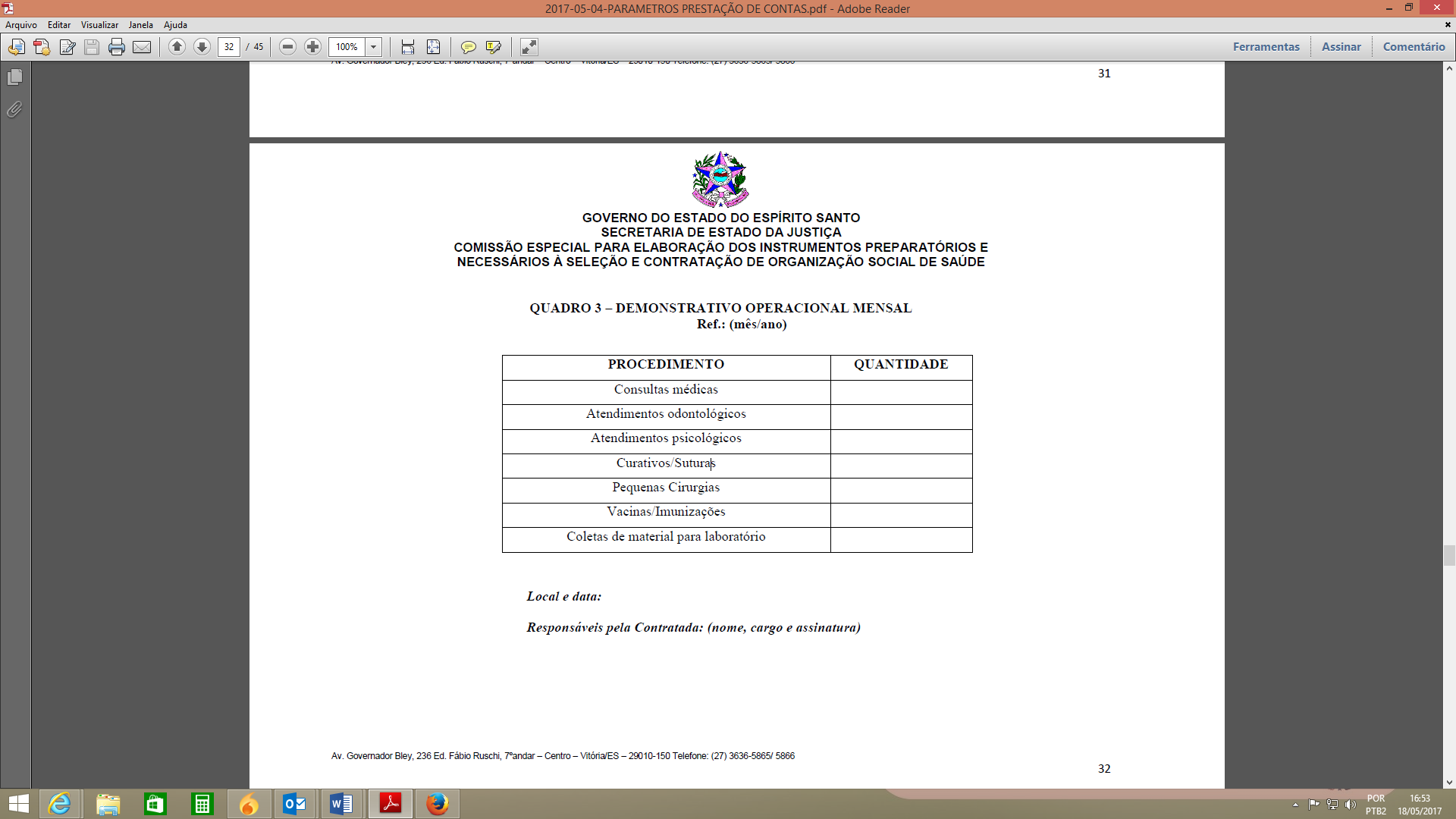
(19) Assinaturas de revistas médicas especializadas, jornais.

(20) Esses materiais compreendem eletrocardiógrafo, Raio X, estetoscópio, estufa, mesa para exames clínicos, microscópio, tenda de oxigênio, cadeira de dentistas, centrifugador, aparelhos de esterilização, aparelho de inalação e outros materiais com uso maior que 2 (dois) anos.

(21) Esses materiais se relacionam com computadores, impressoras, Scanner, entre outros.

(22) Esses materiais compreendem mesas, cadeiras, arquivos, máquinas de calcular, entre outros com uso superior a 2 (dois) anos.

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO OPERACIONAL MENSAL

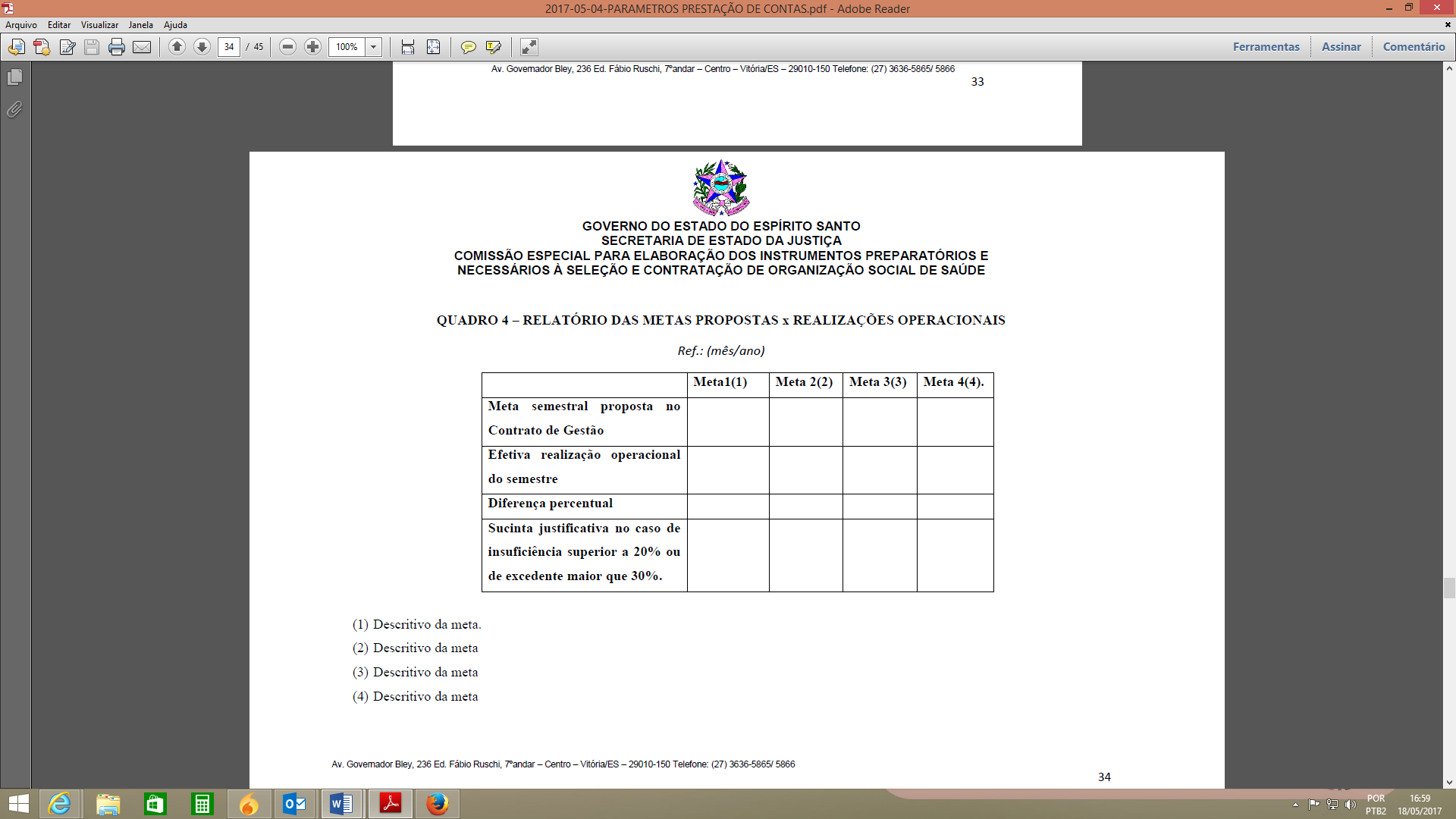


ANEXO II

QUADROS DA PRESTAÇÃO SEMESTRAL DE CONTAS

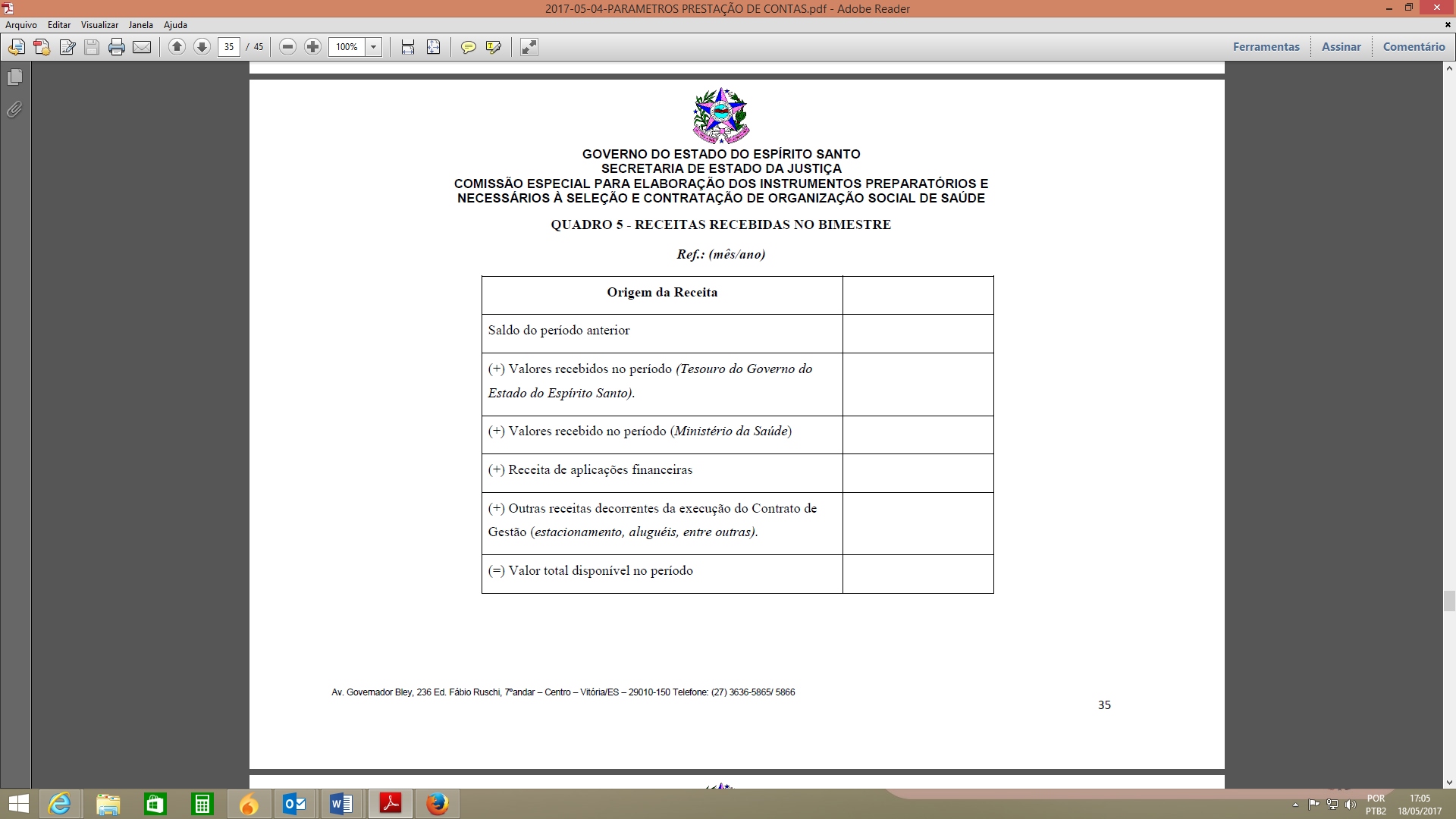
QUADRO 4 – RELATÓRIO DAS METAS PROPOSTAS x REALIZAÇÕES OPERACIONAIS

Ref.: (mês/ano)



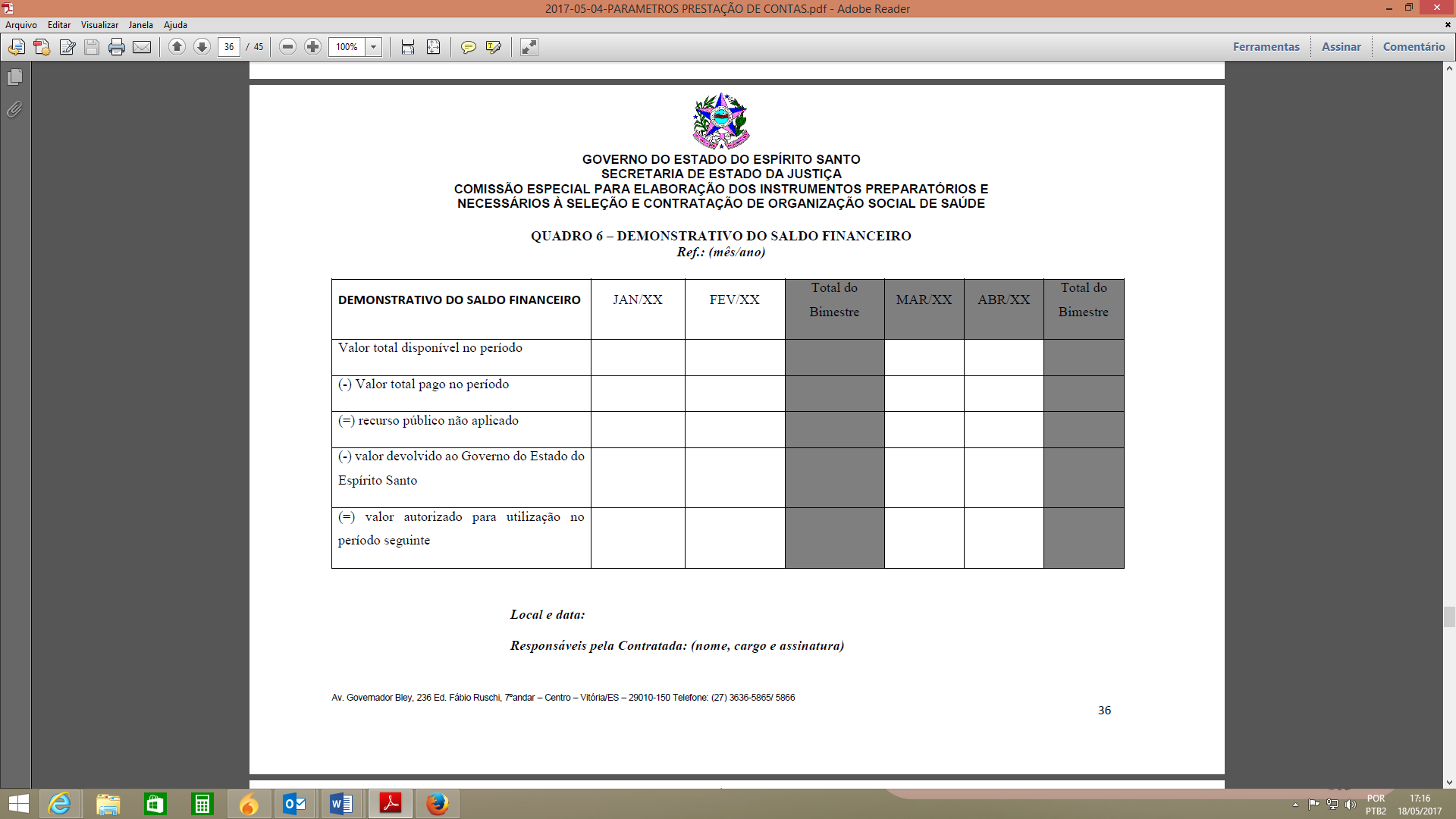
QUADRO 5 - RECEITAS RECEBIDAS NO BIMESTRE

Ref.: (mês/ano)



QUADRO 6 – DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO

Ref.: (mês/ano)

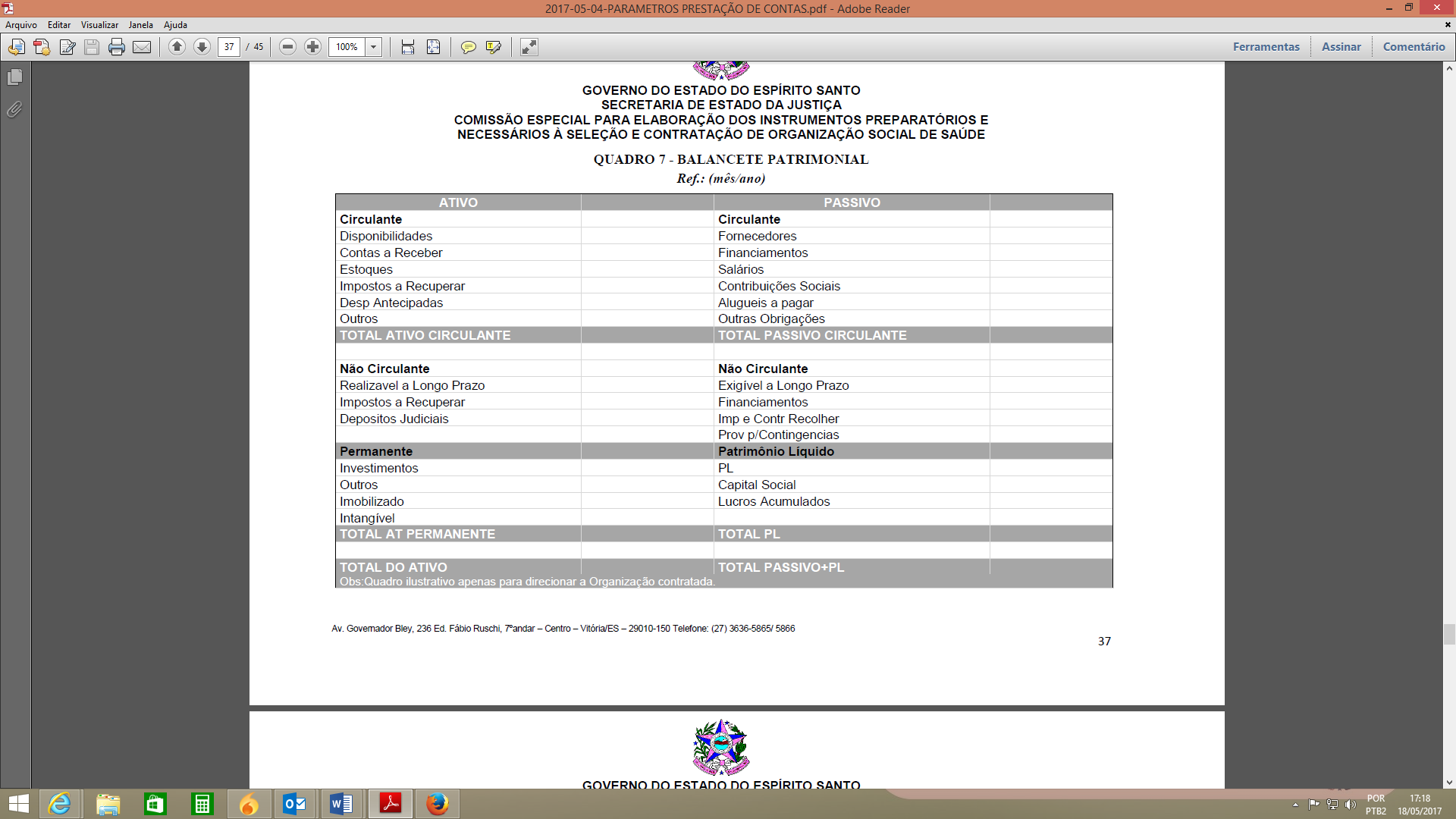


*Local e data:*

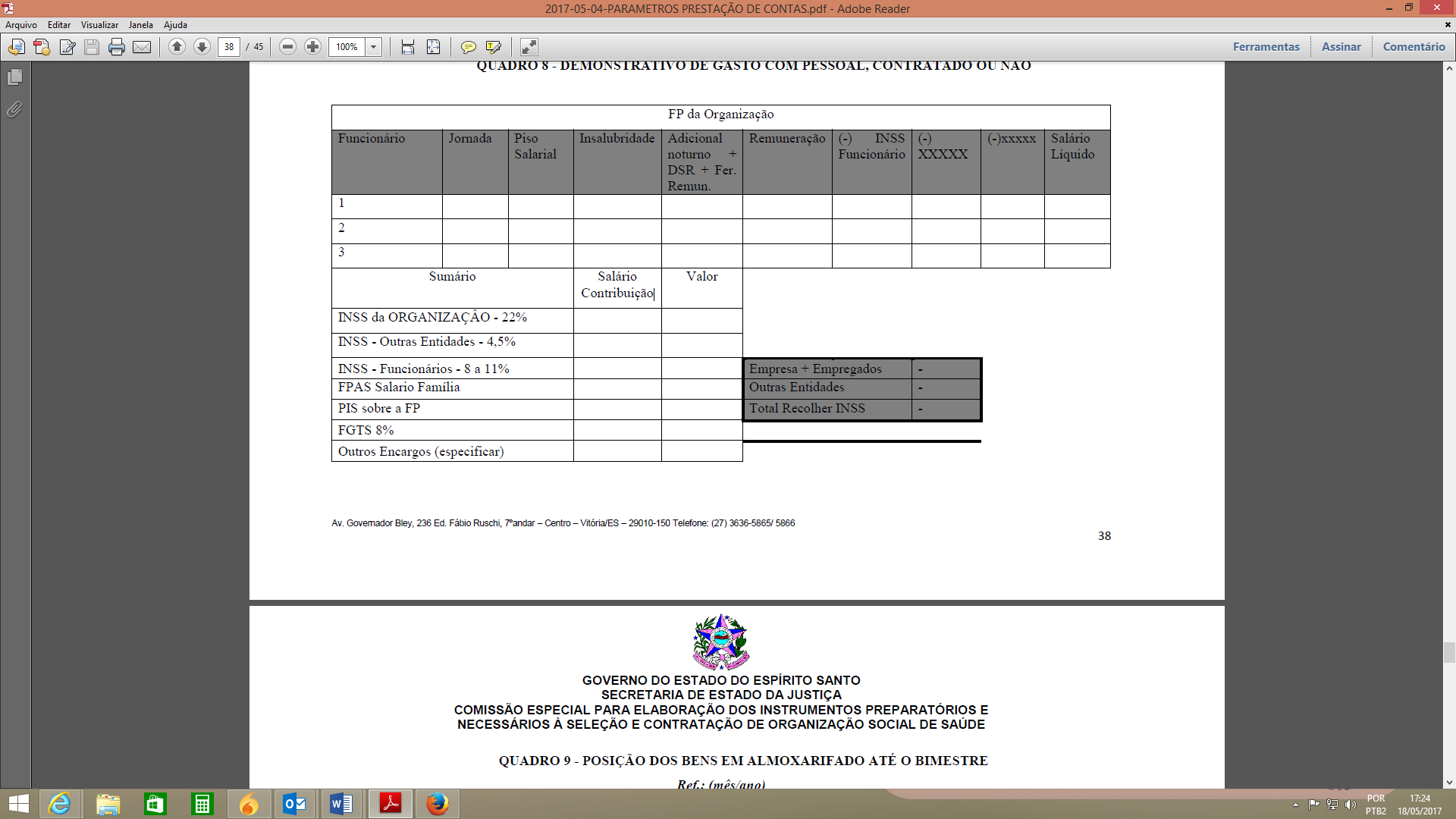
*Responsáveis pela Contratada: (nome, cargo e assinatura)*

QUADRO 7 - BALANCETE PATRIMONIAL

Ref.: (mês/ano) ATIVO PASSIVO

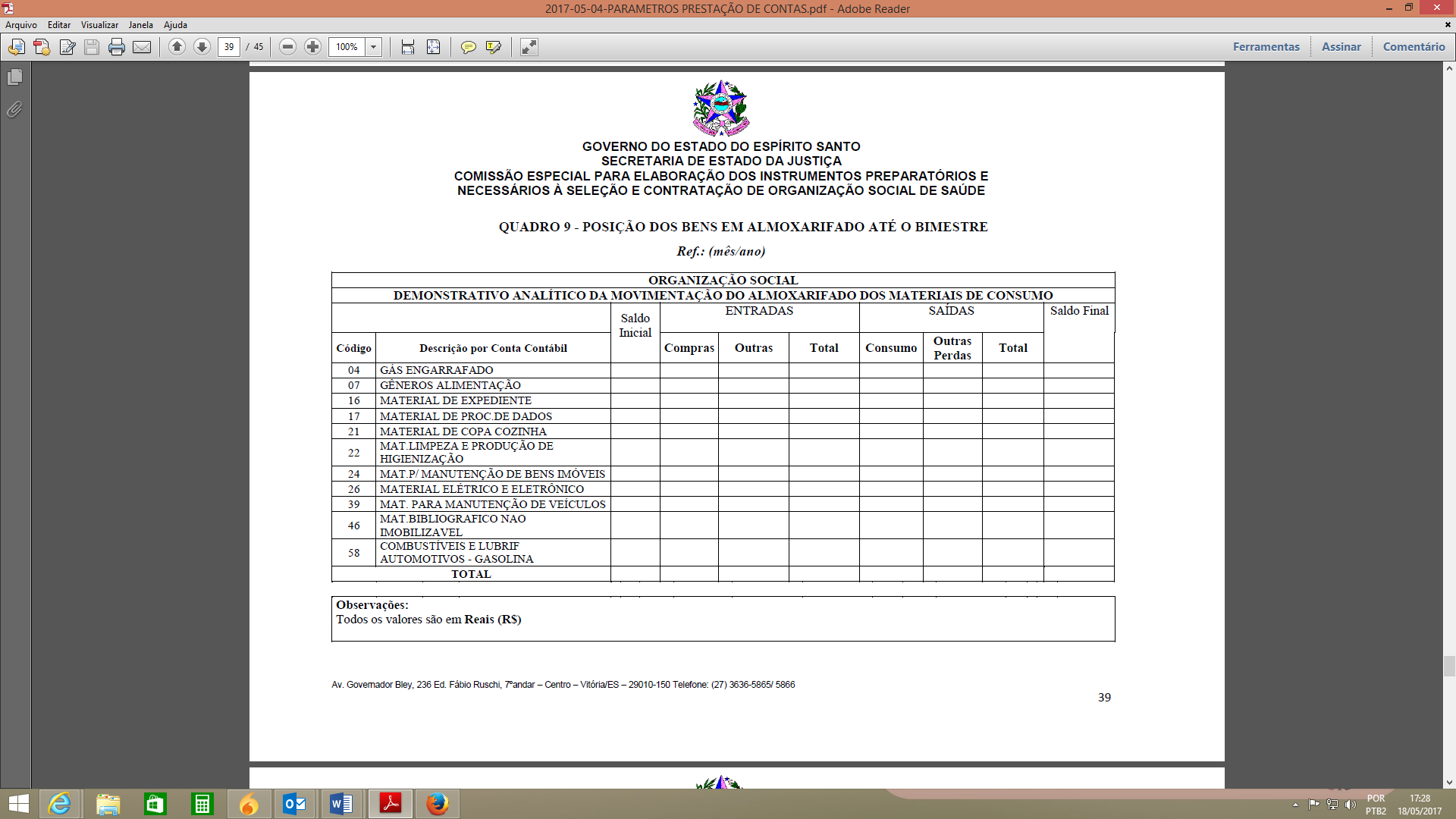


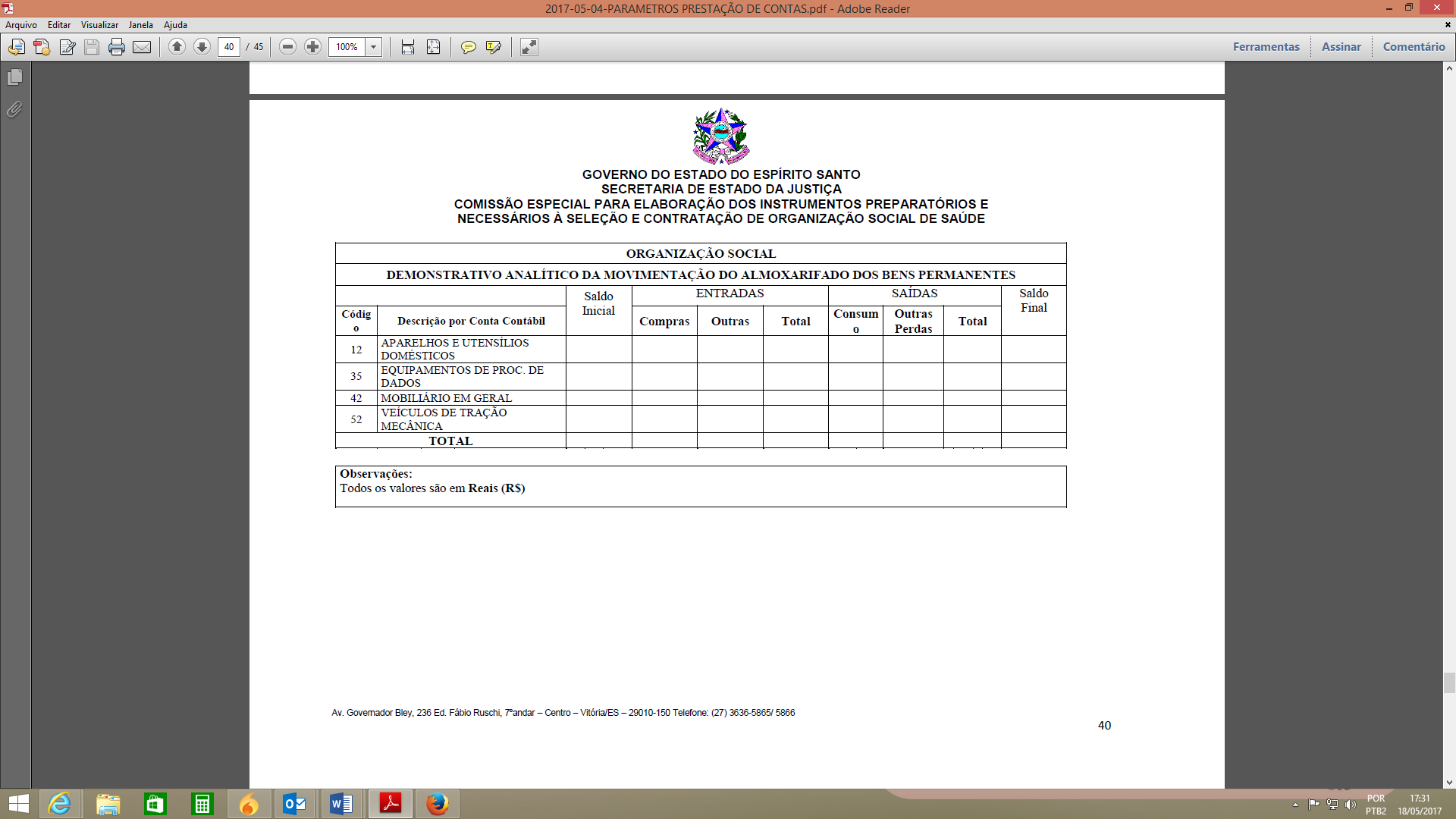
QUADRO 8 - DEMONSTRATIVO DE GASTO COM PESSOAL, CONTRATADO OU NÃO



QUADRO 9 - POSIÇÃO DOS BENS EM ALMOXARIFADO ATÉ O BIMESTRE

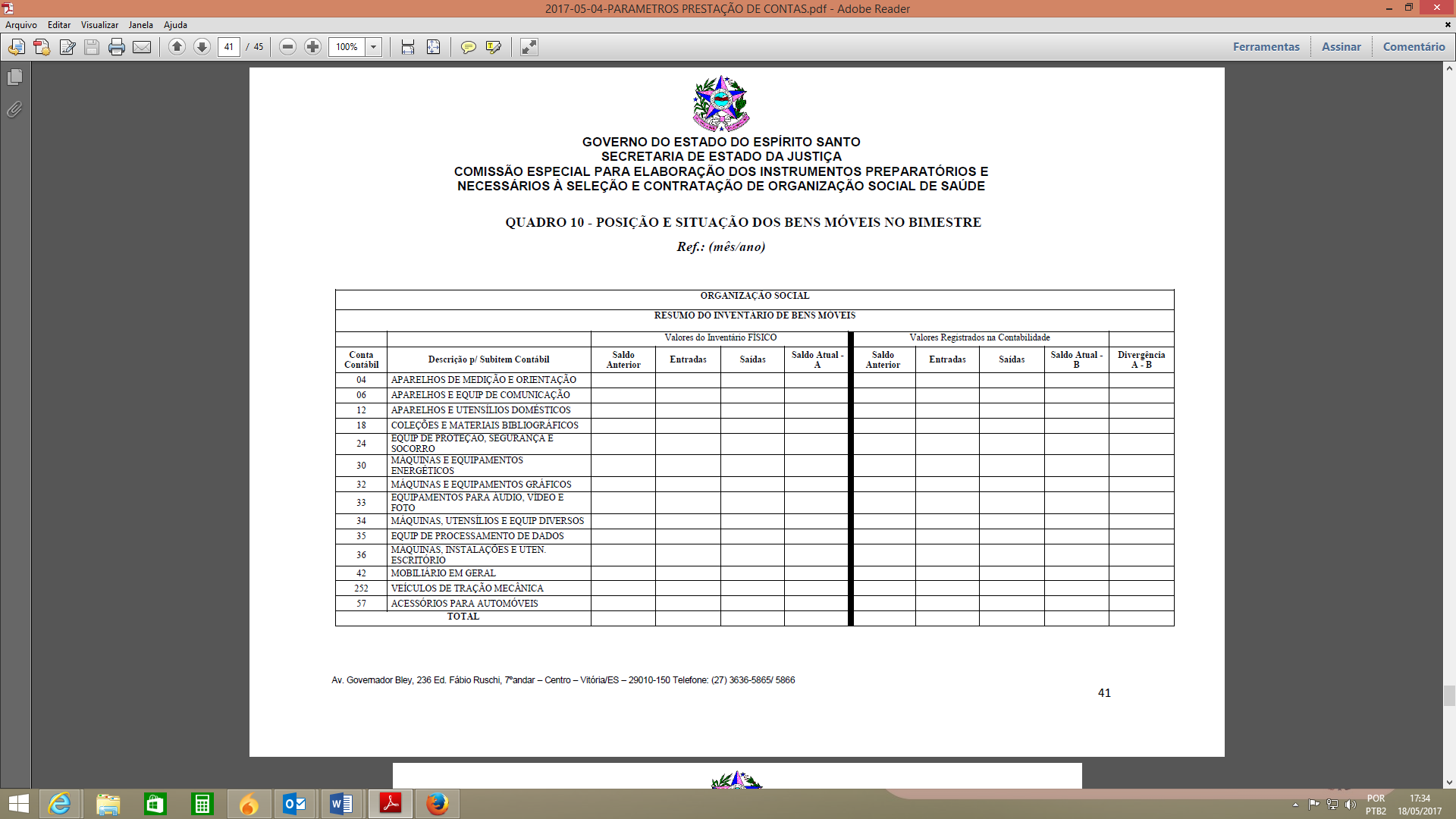
Ref.: (mês/ano)





QUADRO 10 - POSIÇÃO E SITUAÇÃO DOS BENS MÓVEIS NO BIMESTRE

Ref.: (mês/ano)

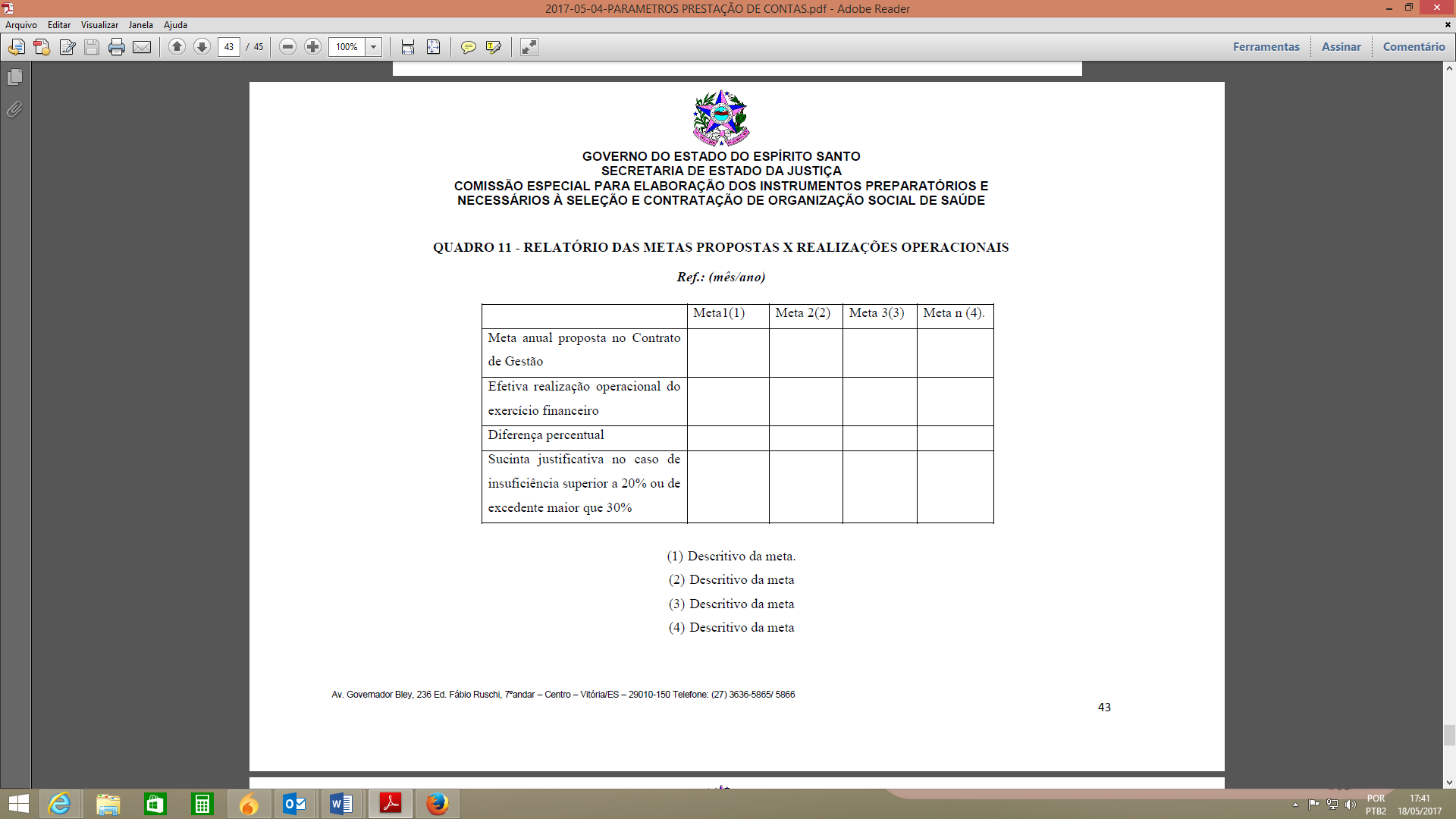


ANEXO III

QUADROS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

QUADRO 11 - RELATÓRIO DAS METAS PROPOSTAS X REALIZAÇÕES OPERACIONAIS

Ref.: (mês/ano)



(1) Descritivo da meta.

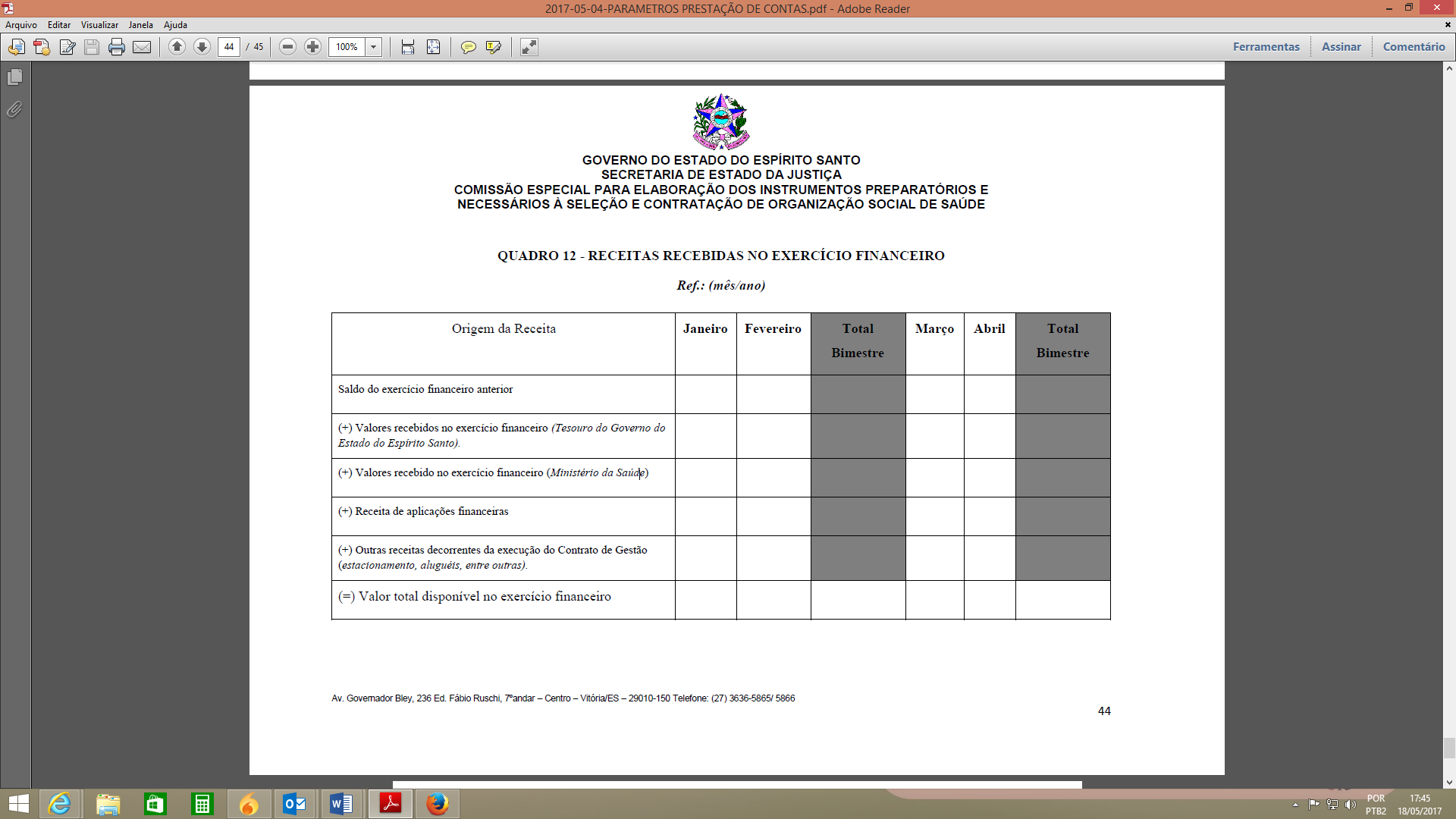
(2) Descritivo da meta

(3) Descritivo da meta

(4) Descritivo da meta

QUADRO 12 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ref.: (mês/ano)



QUADRO 13 – DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO

Ref.: (mês/ano)

